

O Estado de S. Paulo

3/8/1998

Destruindo empregos penosos

MECANIZAÇÃO DO CORTE DE CANA PRODUZ GANHOS SOCIAL E ECONÔMICO; LOGO, A SOCIEDADE DEVE PAGAR PELO AVANÇO

CARLOS ALBERTO SARDENBERG

Os fazendeiros do interior paulista têm prazo de três anos para mecanizar inteiramente o corte de cana. O motivo é ecológico.

Para o corte manual, como se faz na maior parte das propriedades, é necessário antes queimar a cana. Isso facilita a operação e, portanto, torna mais produtivo o trabalho de cada cortador. Sem a queima, o trabalho dentro do canavial é mais demorado e assim a produtividade cai a um ponto que se torna antieconômica.

Ora, queimar o canavial provoca danos graves ao meio ambiente — e, como as máquinas cortadoras estão disponíveis no mercado, o Ibama determinou a mudança para a mecanização. É progressiva. A cada colheita deve ser menor a área de cana queimada.

É um avanço, sob qualquer ângulo que se examine o episódio. Principalmente do ponto de vista humanitário. Cortar cana é um trabalho penoso, com ou sem queimada. Mais penoso ainda quando feito por mulheres e crianças, como é a prática.

E para que serve o progresso tecnológico senão para livrar a humanidade de esforços físicos pesados e danosos à saúde?

Do ponto de vista econômico, a mecanização traz vantagens para todos. A operação pode ser feita sem interrupção, aproveitando-se o momento certo para o corte. Na operação manual, isso é inviável, primeiro pelo custo de mobilizar três grandes equipes de cortadores, em turnos de oito horas. E depois porque não daria para trabalhar à noite dentro do canavial. Já a máquina vai em frente, bastando um farol para guiar os poucos operadores.

Assim, depois do investimento inicial na compra de máquinas, o corte mecanizado é cada vez mais barato e mais produtivo. A cana já sai cortada e amarrada para ser colocada no caminhão. Isso significa ganhos para o produtor e para o consumidor, aqui na forma de preços mais baixos.

Finalmente, os operadores das máquinas são trabalhadores mais qualificados que os cortadores. Ganham mais, têm mais benefícios.

Portanto temos aí um caso clássico de avanço econômico e melhoria de condições de vida, pela eliminação de poluição e de trabalho penoso.

Só que desemprega os cortadores, em proporções enormes. Cinco trabalhadores operam uma máquina que substitui 45 cortadores manuais. Criam-se cinco empregos de qualidade, eliminam-se 45 empregos ruins e penosos. Mas milhares de pessoas vivem disso.

O que fazer?

Se não houver nenhuma intervenção pública, a coisa vai depender da conjuntura econômica. Se houver ocupação em outros setores, o pessoal se ajeita. Se não, caem todos no desemprego, alguns fogem em busca de oportunidades em outras cidades.

Mas deve haver intervenção pública? A resposta é sim, baseada em argumentos sociais, humanitários e econômicos. A mecanização produz um ganho social (menos poluição, menos trabalho penoso e portanto menos gastos com assistência médica e para combater efeitos da cana queimada). Decorre daí um ganho econômico (mais lucro, menos preço e menos gasto público na região).

Portanto, a sociedade deve pagar um preço por esse avanço. O certo é mobilizar recursos, públicos e privados, e assim dar assistência aos cortadores. O mais importante é retrainá-los para novas ocupações. A mobilização para isso é tarefa de todos: prefeituras, Secretaria e Ministério do Trabalho, sindicatos e entidades empresariais.

Mas, segundo fazendeiros da região de Assis, essa mobilização é precária. Promotores e juízes têm sido mais rigorosos em exigir o cumprimento do cronograma do Ithama. Esse é o ambiente propício à resistência ao avanço, da parte dos sindicatos de trabalhadores e de fazendeiros que não querem investir na modernização. E forma-se assim uma frente pelo atraso.

O mesmo tipo de problema se repete pelo País afora. Na cidade de São Paulo, discute-se a substituição de cobradores de ônibus por catracas eletrônicas. Cobrar passagens não é tão penoso como cortar cana, mas não chega a ser função agradável.

E a catraca eletrônica dá muito mais velocidade à operação, facilitando a vida do usuário e tornando a operação toda mais eficiente.

O metrô de São Paulo está introduzindo máquinas nas quais o usuário compra os bilhetes, como já acontece em vários países. Também é mais eficiente. Mas nos dois casos desemprega cobradores e vendedores de bilhetes.

Como no caso dos cortadores, há pressões para bloquear a introdução das catracas eletrônicas e máquinas vendedoras de bilhetes. E de novo a atitude reacionária, contra o consumidor.

Quando o metrô começou a ser construído em São Paulo, muita gente sustentava que não se deveriam utilizar as catracas eletrônicas, nem os necessários bilhetes magnetizados. Isso não criaria empregos nem no metrô, nem na indústria, pois catracas e bilhetes teriam de ser importados. Assim, a idéia era fazer catracas mecânicas, operadas por cobradores, e bilhetes de papel simples, feito em gráficas locais.

O custo da operação (e da passagem) seria muito maior, a eficiência menor e a possibilidade de roubos e falsificações, ilimitada.

Na ocasião, tomou-se a decisão correta — e hoje já se produz muita coisa por aqui. Mas é claro que era mais fácil, pois se estava partindo do zero.

Quando se trata de mudar para a tecnologia nova, a lógica é a mesma. Mas deve-se acrescentar a isso o esforço social de reciclar o pessoal que perde emprego. Sem isso, abre-se a possibilidade para a reação.

Carlos Alberto Sardenberg é jornalista

e-mail: sarden@itanetcom.br

Cinco trabalhadores operam máquina que substitui 45 cortadores manuais

